

A Crise do Petróleo e Suas Perspectivas

Maj Art QEMA

LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO

1 — ANTECEDENTES

Embora à primeira vista, o conflito entre árabes e israelenses ou o confronto da cultura Oriental com a Ocidental seja apontado como o fator determinante da crise de petróleo hoje enfrentada pelo mundo, suas raízes são antigas.

O inevitável quadro atual do cenário político-econômico mundial nada mais é do que a dramatização do início do epílogo, há muito esperado, de um processo lento e longínquo, a que a humanidade assistia impassível sem se preparar oportunamente para atenuar os seus efeitos ou buscar soluções alternativas.

A causa mediata da presente crise, ao que tudo indica, reside não propriamente em fatores econômicos e políticos, mas no "gap" entre o desenvolvimento científico-tecnológico (material) e o sub-desenvolvimento moral da civilização moderna, o qual na opinião de Toynbee urge ser reduzido.

Este "fosso", entre outras coisas, dividiu o globo terrestre em dois hemisférios — o Norte rico e o Sul pobre — propiciando ao mais abastado um crescimento a pleno emprego com um cômodo desperdício de riquezas oriundas do menos favorecido.

O uso do petróleo como arma político-econômica pelos árabes, em particular, e pelos demais exportadores de óleo bruto, em geral, cujo sucesso a curto prazo é inquestionável, traduz uma reação parcial dos produtores de alimentos, de matérias-primas e fornecedores de mão-de-obra baratos à exploração secular oligopolística de poderosas empresas multinacionais, representantes dos interesses de países altamente industrializados.

O próspero hemisfério Norte industrializado há muito dita os preços de mercado no intercâmbio com o desprotegido Sul produtor de recursos naturais, *taxando a valores baixos a importação de alimentos* e matérias-primas e a sempre crescentes cotações a *exportação de produtos manufaturados*.

Como fruto dessas iníquas relações de troca desenvolveu-se a sociedade de consumo que está cada vez mais a desperdiçar riquezas naturais, sem tomar consciência dos admissíveis limites a atingir e dos prováveis reflexos futuros.

Anteriormente à crise, os altos custos de produção de um barril de óleo nos EUA (US\$ 1,75), na Indonésia e União Soviética (US\$ 0,80) e na Venezuela (US\$ 0,50) eram largamente compensados pelos baixos custos alcançados na Arábia Saudita (US\$ 0,20) e no Kuwait (US\$ 0,10). (Há que se ressaltar a contribuição dada generosamente pela natureza no Kuwait, onde a alta pressão dos gases nos poços faz o petróleo jorrar direto para os oleodutos, dispensando bombeamento, o que sem dúvida contribui para o barateamento dos custos de produção).

De 1945 a 1960, o consumo mundial de petróleo cresceu à razão de 4% ao ano. Na década de 60, subiu para 6% ao ano. Daí para cá mais do que duplicou, devendo atingir a média de 145 milhões de barris por dia. Em quinze anos se consumiu mais petróleo do que em toda a existência da humanidade.

Em resposta ao extravagante consumo mundial a preços baixos de um produto nobre, sob a iniciativa da Venezuela, em 1960, surgiu a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), integrada por onze membros dos quais quatro não árabes — Irã, Indonésia, Nigéria e Venezuela, a quem se pode atribuir a responsabilidade pela ativação da crise.

Em 1968, seguiu-se a criação da OPAEP (Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo), que congrega a Arábia Saudita, a Argélia, o Abu Dkabi, o Bahrein, o Dubai, o Egito, o Kuwait, a Líbia, o Qatar e a Síria.

Detentores de 60% das reservas mundiais provadas de óleo cru e protegidos pela crescente demanda do produto, os membros da OPAEP cartelizados aumentaram os custos de produção, forçando uma acentuada elevação dos preços médios internacionais do petróleo, além de reduzirem a extração e imporem embargos a determinados países consumidores. A participação dos países exportadores nas vendas, estimada em 1948, 1952, 1960 e 1972, respectivamente em 18%, 32%, 50% e 70%, deu um vertiginoso salto no ano de 1973 (quase 100% em relação a 1972), com a cotação do barril em torno de US\$ 5,00.

Acompanhando a escalada dos produtores árabes, a Venezuela subiu em 56% o preço do barril, a Indonésia em 20%, a Nigéria o dobro e o Canadá cinco vezes mais.

Na verdade, a composição do preço do barril de petróleo árabe é a seguinte:

— custo de produção e lucro do revendedor	36%
— impostos e "royalties"	64%

Espera-se que o preço médio internacional do barril, até meados de 1974, estacione em torno de US\$ 10,00.

Não paira dúvida, pois, que os artificiais preços do petróleo estimularam o seu hiperconsumo, bem como o abandono e o desestímulo à pesquisa de outros combustíveis ou fontes de energia. A crise resultou, portanto, como uma réplica normal a este desafio.

Face ao dom da ubiqüidade do petróleo na vida moderna, a crise ganhou dimensões alarmantes em todo o mundo e, especialmente, nos países industrializados que gozavam as delícias do oligopólio das empresas multinacionais.

Os EUA, apesar de figurarem nas estatísticas como o maior produtor de petróleo do mundo (11,2 milhões de barris diários), ante o excessivo consumo interno (17 milhões de barris por dia) desde 1948 tornaram-se importadores. Seis por cento da população do globo, os norte-americanos, gastam o equivalente a um terço do consumo mundial de petróleo, atualmente importam mais de 30% do produto, com tendência a chegar aos 50% por volta de 1980. Os Estados Unidos dependem em 11% dos exportadores de petróleo árabe.

A Europa, à exceção da Rússia, e o Japão que importam respectivamente 90% e quase 100% de petróleo para atender à demanda crescente de seus parques industriais, são dependentes em grande parte dos fornecedores árabes. A Europa, cujo maior consumidor é a Alemanha, está na dependência dos árabes para obter 72% do petróleo de que necessita.

O abastecimento do Japão é garantido em 80% pelos árabes.

A China, que a partir de 1966 intensificou o desenvolvimento da indústria petrolífera, começa a despontar no mercado internacional. Fontes credenciadas revelam que, no segundo semestre de 1973, produziu 600 mil barris de derivados de petróleo, tendo exportado 3 milhões de litros de nafta para Hong Kong e um milhão de toneladas ao Japão.

2 — REFLEXOS

Os reflexos da crise far-se-ão sentir em todo o mundo, nos campos econômico, militar, psicossocial e político, de maneira e intensidade diversificadas, a curto e a longo prazos.

Como assevera a sabedoria popular “não há mal que sempre dure, nem bem que nunca se acabe”. Assim sendo, a crise terá um desfecho e, à semelhança de todas as outras, será mais uma parteira da História. Apesar de ocasionar aparentes malefícios encerra no bojo vantagens. Para que se possam tornar manifestas, todas as coisas devem apresentar aspectos duais — positivos e negativos. Nenhum acontecimento é permanente, definitivamente grave e sem solução; comporta sempre um segundo que em confronto com o antecedente provoca fatalmente uma terceira e nova ocorrência melhor. É a lei natural da evolução.

Sem dúvida, haverá um intervalo difícil e penoso a vencer a curto prazo. Mas, não pretendemos minimizar o choque do futuro imediato, o inexorável sofrimento regenerador da humanidade trará a evolução moral que aliada ao progresso da era “tecnocrônica” responderão ao desafio atual.

De pronto, a crise afetará mais particularmente os países ditos superindustrializados e subdesenvolvidos.

Estando a sociedade de consumo de nossos dias direta ou indiretamente na dependência da indústria petrolífera e petroquímica, é facilmente compreensível que o aumento de mais de 100% no preço do óleo cru desencadeará pressões inflacionárias na economia mundial. O espectro da inflação ameaça o mundo com uma recessão econômica geral ou menores taxas de crescimento. Haverá menos vendas e lucros por parte dos países carentes de petróleo, enquanto a receita bruta dos produtores do “ouro negro”, estimada em 15 bilhões de dólares anuais (dos quais os árabes detêm cerca de 13 bilhões, ou seja, 7% das reservas do Fundo Monetário Internacional), deverá quadruplicar até 1980. Dispondo de enormes reservas monetárias e sem grande capacidade de investimento interno, os produtores de petróleo, se não aplicarem bem esta vultosa receita, poderão desequilibrar a liquidez internacional e ocasionar incontrolláveis problemas de balança de pagamento. Até que se restabeleça um ponto de equilíbrio, com a elevação dos preços de outros setores da economia, talvez os exportadores de petróleo sintam-se compelidos a vincular o pagamento de suas vendas a compras ou investimentos nos países consumidores, para não falar em empréstimos externos, particularmente aos subdesenvolvidos.

O crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) dos norte-americanos, segundo estimativas, deverá oscilar entre 1% e 2%. A economia japonesa que atingira uma taxa de 10% de aumento no PNB, pela primeira vez, desde o "milagre" do pós-guerra, deverá manter-se estacionária. O PNB da Alemanha Ocidental também espera-se que sofra uma queda. Acredita-se que a expansão do PNB francês não ultrapasse os 3%. Os meios financeiros britânicos calculam que o crescimento do PNB inglês otimistamente não ultrapasse a 2%.

As bolsas de valores de quase todos os países anunciaram bruscas quedas nos níveis de preços das ações. A Bolsa de Valores de New York, em fins de 1973, registrou a mais acentuada baixa na média "Dow Jones" dos últimos onze anos e meio, superando a assinalada por ocasião da morte de John Kennedy.

O crescimento a pleno emprego contínuo pelo menos durante um certo período será freado.

A redução da produção e exportação de petróleo já fez sentir os seus efeitos diversos e multiplicadores, que reforçados pelos boicotes e embargos, agravam a crise. A imprensa noticia fechamento de indústrias, semanas de três dias de trabalho, desemprego, greves e conseqüentemente um decréscimo na produção mundial.

A escassez de fertilizantes para revigorar as terras, a carência de inseticidas para combater as pragas e a falta de combustível para acionar implementos agrícolas reduzirão as safras, majorarão os preços dos produtos alimentícios, podendo aumentar a fome e o índice de mortalidade por desnutrição. Restringidos os meios de transporte e a sua mobilidade, o abastecimento dos grandes centros urbanos já prejudicados pela míngua de embalagem (plásticos e papel) certamente acentuar-se-á.

O reabastecimento de aeronaves e embarcações em terminais estrangeiros poderá também sofrer restrições e levar mesmo à suspensão de determinadas linhas (um Boeing 707 é abastecido com 90.000 l de querosene, ou seja, 570 barris de petróleo; a capacidade dos reservatórios de combustível de um Jumbo é de 176.300 l de querosene, o que corresponde a 1.000 barris de óleo cru; um navio de 100 t, com motores em funcionamento durante 24 h, consome 570 barris de petróleo e precisa de 27.700 barris para ter seus tanques cheios). Com isso a utilização dos gigantescos jatos e transatlânticos poderá ver-se comprometida, afetando o turismo internacional e conseqüentemente o fluxo de divisas.

A discutida adoção da política de subsídios, o decréscimo na arrecadação dos impostos sobre derivados do petróleo e exportações, a redução das importações, a sangria de divisas ocasionada pela

elevação geral dos preços, gravada pela subida dos fretes e tarifas, diminuirá o ritmo de crescimento dos países subdesenvolvidos, alargando o "fosso" em relação aos superindustrializados.

Entre os industrializados, os EUA, dependendo para satisfazer o seu consumo em apenas 11% de petróleo árabe, enquanto seus grandes competidores no comércio internacional — Alemanha e Japão — quase totalmente sujeitos à importação do produto (o que lhes imporá um maior aumento nos custos de produção e desvalorização de moeda), terão o dólar reabilitado. De um "deficit" de 6,9 bilhões de dólares, em 1972, na balança comercial, os EUA passaram a um "superavit" de 800 milhões no ano de 1973. A primeira distribuidora no gênero, a Exxon, faturou, no ano passado, 28 bilhões de dólares, registrando um lucro de 2,5 bilhões, isto é, 59% superior ao alcançado em igual período anterior. A segunda distribuidora, a Mobil, acusou lucros 47% maiores, nesse mesmo espaço de tempo, ao passo que a Texaco, que lhe sucede nas estatísticas, revelou ter elevado seus rendimentos líquidos em 45%. Segundo um levantamento procedido pela "Newsweek", são os seguintes os totais de venda, em bilhões de dólares, durante 1972, dentre as maiores empresas que exploram o setor petrolífero:

— Exxon (EUA)	18,7
— Shell (Inglaterra/Holanda)	12,7
— Mobil Oil (EUA)	8,2
— Texaco (EUA)	7,5
— Gulf Oil (EUA)	5,9
— British Petroleum (Inglaterra)	5,2

Moscú passou a ser considerada uma potencial exportadora de petróleo a preços toleráveis, competindo com os árabes, como aconteceu no caso das restrições impostas à Holanda recentemente.

A crise modificará hábitos e costumes, podendo até mesmo impor aos consumidores uma volta ao passado.

O dilatamento das horas de lazer em função da redução dos dias úteis na semana de trabalho surtirá efeitos contraditórios: ao decréscimo do efetivo populacional resultante de um provável surto generalizado de delinqüência, contrapor-se-á uma elevação na taxa de natalidade fruto do antecipado e tranqüilo recolhimento aos leitos (caso não se adotem amplas medidas de segurança pública e anti-concepcionais — na Inglaterra já se fala em distribuição gratuita de pílulas); aos períodos de tensão acarretados pelas dificuldades de sobrevivência opor-se-ão outros de sossego face às maiores oportunidades de repouso; à supressão de certas atividades produtivas em contrapartida desenvolver-se-á ainda mais a pesquisa científico-

tecnológica; em oposição a uma transitória estagnação no progresso material aguarda-se uma aceleração na evolução espiritual da humanidade.

A necessidade de economizar energia forçará a adoção da hora de verão; limitará o uso abusivo da máquina elétrica nos escritórios e de utensílios eletrodomésticos nos lares; restringirá o consumo de gás liquefeito de petróleo, tornará os invernos mais rigorosos pela falta de calefação, exigindo a aquisição de roupas de lã e alterações nos horários de trabalho; o calor nos dias quentes de verão far-se-á mais insuportável ante as restrições de utilização de aparelhos de refrigeração; a iluminação pública será menos feérica afetando a propaganda indiscriminada em letreiros e cartazes luminosos; alterará o regime de funcionamento de estabelecimentos de ensino, de cinemas, de teatros, das emissoras de rádio e da televisão bem como as diversões noturnas urbanas, em geral, obrigando o homem a buscar outras distrações e maior contato com a natureza.

A escassez dos plásticos e das fibras sintéticas revalorizará a borracha natural, os tecidos de juta, de linho e de algodão, os brinquedos de madeira, os utensílios metálicos, o vidro, o papel, a cartolina etc.

As indústrias de cosméticos e de produtos farmacêuticos serão bastante prejudicadas.

Os produtores de tintas, de vernizes (sinteco etc), de material fotográfico, de fitas magnéticas e de uma série infindável de outros artigos, pelo menos temporariamente, experimentarão momentos difíceis até o aparecimento de inevitáveis sucedâneos.

O couro voltará a ser valorizado no fabrico de calçados, bolsas, cintos, carteiras, malas, etc.

A chamada "era do automóvel" vê-se ameaçada. Haverá queda no rodoviarismo e no turismo interno com a elevação dos preços de combustíveis, de pneus, de pedágio, além dos prejuízos causados pelas restrições de uso de carros particulares e das dificuldades a enfrentar na construção, pavimentação e manutenção de rodovias. Mas a poluição e os congestionamentos de tráfego urbanos, os altos índices de acidentes automobilísticos, o desfiguramento paisagístico dos elevados e viadutos tenderá a diminuir, amenizando também a injustiça social provocada pelo excessivo desenvolvimento dos transportes individuais em detrimento dos coletivos. Tornar-se-á impositivo dar mais ênfase aos metrô, às ferrovias, à navegação marítima e fluvial. Os preços mais realistas para os combustíveis derivados de petróleo eliminarão o consumo supérfluo, a fabricação de automóveis grandes, velozes e antieconômicos, com talas largas etc. Os motoristas terão de dirigir a velocidades reduzidas, com sapatos leves.

evitando arrancadas e freadas bruscas, o que é benéfico para todos. Ressurge o uso da bicicleta e da tração animal.

Poços de petróleo julgados anticomerciais serão reativados. A prospecção do "ouro negro" será estendida a outras áreas.

Os acontecimentos atuais precipitarão a exploração do xisto, do carvão mineral e vegetal, ocasionando mudanças no meio ambiente, poluição e desmatamento.

O valor dos potenciais hidrelétricos crescerá.

A imperiosidade de maciços investimentos em pesquisas, talvez à custa de outros projetos e setores, exigirá a alta de preços generalizada tanto dos recursos naturais como dos manufaturados.

A baixa do índice de octana na gasolina influirá sensivelmente na mobilidade dos engenhos bélicos, modificando quem sabe a ênfase dada no emprego tático de blindados e da aviação na conduta das operações bélicas. Constitui fato histórico incontestado que a diferença de treze unidades na octanagem, tornou possível, entre outras circunstâncias, a derrota da "Luftwaffe", pela RAF, no outono, de 1940. Esta diferença aparentemente pequena, foi suficiente para dar a uma aeronave a possibilidade de atingir maior altitude, obter mais rápida subida e enorme maneabilidade, o que assegurou, naquela epopéia, uma vitória decisiva ante uma iminente e esperada capitulação na história da Inglaterra durante a 2ª Guerra Mundial. A realização de manobras e exercícios militares deverão experimentar cortes.

Os reflexos da crise no campo sócio-político já se fazem notórios pelos boicotes, embargos, atos de terrorismo, agitações sociais, nacionalizações de empresas, monopólios estatais na exploração do petróleo e instabilidades políticas que, com o crescimento do poder árabe no Oriente Médio, podem incentivar ao rearmamento mundial, desequilibrar as relações internacionais, derrubar governos e chegar ao extremo de intervenções localizadas e até mesmo ao expansionismo pela força das armas em certas regiões de importância geopolítica. A recente corrida armamentista desencadeada em áreas conturbadas e a súbita tomada do arquipélago de Paracel pelos chineses ilustram e comprovam tais especulações.

A curto prazo, segundo analistas especializados no assunto, não há solução para o problema. A sociedade de consumo deve refrear o insaciável apetite de bens materiais, admitir viver com menos conforto, maior austeridade, moderação e parcimônia. Urge reconhecer a necessidade de maior poupança e de pensar mais no próximo.

Todavia, os árabes, que afirmaram poder sobreviver dez anos sem vender petróleo, sabem perfeitamente que não conseguirão deter um considerável poder político-econômico por um prazo ilimitado, pois é impossível alimentar-se de areia e saciar a sede com petró-

leo. Ademais, há um princípio em Economia indiscutível que ninguém jamais logrou produzir tudo o que consome ou necessita.

Se o panorama a curto prazo não se afigura muito róseo, a médio começará a se desanuviar. Após a tempestade é incontestável que sobrevém a bonança.

Os maciços investimentos na pesquisa de novas fontes de energia, fora de qualquer dúvida, trarão maior progresso científico-tecnológico, criarão outros empregos e fatalmente conduzirão à “despetrolização” no futuro, como ocorreu com a “descarbonização” verificada no século passado. O aproveitamento da energia nuclear e solar em termos mais latos será uma realidade. Os automóveis elétricos e os motores a hidrogênio reduzirão a poluição, substituindo com vantagem os combustíveis hoje em uso.

A adoção de preços realistas combaterá o desperdício de energia e amenizará o grau de injustiça social, forçando a exploração em larga escala dos transportes coletivos mais acessíveis às camadas menos favorecidas pela sorte, contribuindo também para o desafogo do tráfego.

Os países subdesenvolvidos, normalmente produtores de alimentos e matérias-primas, beneficiar-se-ão com a justa valorização destas riquezas.

A recessão poderá levar à cartelização dos consumidores, embora temida pela Europa e pelo Japão face ao receio de negociações diretas das grandes empresas norte-americanas com os produtores de petróleo. Mas o fato é que a atraente cartelização dos consumidores tenderá a desequilibrar o poder político-econômico atual dos produtores de óleo cru.

Talvez nasça maior respeito e reconhecimento em outras dimensões aos interesses recíprocos entre as nações. Os reclamos de paz devem transformar as estruturas do comércio internacional, iniciando o estreitamento do “fosso” entre os países ricos e pobres. Os nefastos efeitos da crise poderão repelir as imposições políticas de países ou blocos, reduzir as zonas de influência, diminuir o protecionismo exacerbado de grupos, buscando um equilíbrio nas relações internacionais.

3 — ENSINAMENTOS

Toda crise traz ensinamentos. O importante é saber aproveitar as lições que proporcionam.

Uma coisa apenas é certa: os pecados e a salvação do nosso planeta não estão em outros mundos mas entre nós mesmos. Se não procurarmos a solução para os nossos problemas, ninguém o fará por nós.

Santo Tomás de Aquino, há sete séculos, já prognosticava a existência de uma unidade ontológica entre o homem e a natureza, ambos obra do Criador, por conseguinte bons. Resta somente aos homens dentro do seu livre arbítrio encontrarem o ponto de equilíbrio entre o moral e o material, para sobreviver ou sucumbir.

Parece que um futuro melhor para o nosso mundo está na direta dependência da transformação interior de cada um, a fim de que se opere a tão desejada mudança do todo — da humanidade. Vivamos honestamente para com nós próprios. Derrubemos as muralhas dos maus hábitos. Afastemo-nos das volúpias e dos desperdícios, das contendas e rivalidades. Haja menos egoísmo e ambição, mais solidariedade e humildade, maior esperança e fé.

“Somente o progresso moral pode assegurar aos homens a felicidade na Terra, restando as paixões más; somente esse progresso pode fazer que entre os homens reinem a concórdia, a paz e a fraternidade.

Será ele que deitará por terra as barreiras que separam os povos, que fará cair os preconceitos de casta e se caem os antagonismos de seitas, ensinando os homens a se considerarem irmãos que têm por dever auxiliarem-se mutuamente e não destinados a viver à custa uns dos outros.” (1)

Para se inferir os efeitos precisos da crise a curto e a médio prazos, ter-se-ia de ser um misto de futurologista, de analista político, de economista, de especialista em petróleo, de “expert” em finanças e até mesmo de psicanalista do Rei Faissal, como afirmou um comentarista norte-americano.

Não se pretende ter a veleidade de haver focado todos os prováveis reflexos da crise na vida dessa insaciável sociedade de consumo para os nossos dias e os sempre interrogativos anos do porvir. Todavia, como ensina um velho provérbio chinês, “todo problema comporta três soluções: a minha, a tua e a correta”. Aí estão algumas especulações pessoais que certamente serão refutadas por uns e aceitas por outros, mas que só o implacável juiz tempo dirá quais são as certas.

(1) “A Gênese”, A. Kardec, FEB, página 363.

BIBLIOGRAFIA

- Anuário Estatístico do Brasil — 1973 — IBGE
- A Gênese — A. Kardec — FEB
- A Petrobrás de Hoje — Petrobrás
- A Sociedade do Futuro — A. Toynbee — Zahar
- Bíblia
- Dezenove Anos de Petrobrás — Petrobrás
- Enciclopédia Barsa
- Enciclopédia Internacional do Petróleo
- O Globo (recortes)
- O Mundo Fabuloso do Petróleo — Petrobrás
- O Panorama do Setor Petróleo — Ministério de Minas e Energia
- Relatório da Petrobrás
- Revista “Bolsa”, “Fortuna”, “Newsweek”, “Petrobrás”, “Tribuna do Economista”, “Veja”, “World Oil” e “World Petroleum Report”.

“O comunismo não é a fraternidade: é a invasão do ódio, entre as classes. Não é a reconciliação dos homens: é a sua exterminação mútua. Não arvora a bandeira do Evangelho: bane a Deus das almas e das reivindicações populares. Não dá tréguas à ordem. Não conhece a liberdade cristã. Dissolveria a sociedade. Extinguiria a religião. Desumanaria a humanidade. Everteria, subverteria, inverteria a obra do Criador.”

RUY BARBOSA